

# Conhecimento científico e censura

Carlos Eduardo Lins da Silva ●

**C**iência e censura são conceitos antônimos. O progresso científico só pode ocorrer plenamente quando informações sobre as pesquisas concluídas ou em andamento circulam livremente para que o maior número possível de cientistas possa replicá-las, rebatê-las, discuti-las, compará-las.

Por isso, a maior parte da comunidade recebeu com preocupação a recomendação feita pelo Conselho Nacional Científico para Biossegurança dos EUA para que as revistas *Science* e *Nature* não publicassem detalhes de trabalhos sobre o vírus H5N1, conhecido como o da gripe aviária, porque eles poderiam colocar em risco a segurança nacional.

A comissão não tem poder para obrigar as revistas a deixarem de editar os artigos, mas o peso de sua recomendação fez os editores considerarem a possibilidade de assim agir. O argumento do órgão governamental é de que, com os dados, bioterroristas seriam capazes de disseminar massivamente o vírus e causar número potencialmente grande de vítimas.

No caso específico, há cientistas para quem a alegação do conselho é improcedente, já que os dados que ela pede para serem mantidos em segredo não seriam suficientes para ninguém praticar um atentado terrorista, e outros que dizem que a preocupação faz sentido e deveria ser levada em conta.

Este não é o espaço para discutir o mérito científico da recomendação do conselho do governo dos EUA. Mas cabe aqui registrar ponderações sobre o princípio genérico envolvido.

Não é nenhuma novidade a iniciativa de poderosos tentarem impedir que descobertas científicas se propaguem. Entre os episódios mais antigos e célebres está

o de Galileu, obrigado no século 17, pela Igreja Católica, a contradizer sua descoberta de que a Terra orbita em torno do Sol.

Naquele tempo, era possível que a censura alcançasse seus objetivos por períodos de tempo relativamente longos, já que o acesso ao conhecimento era muito limitado e quem tivesse controle sobre os poucos veículos por onde ele se dava conseguia manter a informação indesejada secreta.

Mas os tempos mudaram de maneira radical nesse sentido. Mesmo há meio século, quando o governo dos EUA despendeu esforço considerável para impedir que o trabalho dos cientistas empenhados na construção das bombas atômica e de hidrogênio fosse revelado, esta era missão quase impossível.

---

**Imaginar na segunda década do século 21 que a proibição de publicação de texto em revistas científicas possa vir a impedir que ele seja conhecido é quase risível**

---

Tanto que pelo menos nove países fizeram esse tipo de armamento e é possível que dezenas de outras nações ou mesmo grupos insurgentes estejam próximos disso.

Diversos outros incidentes na segunda metade do século 20 também comprovaram a inutilidade prática da censura à ciência em nome da segurança coletiva, em áreas como criptografia, engenharia ótica e microbiologia.

Imaginar na segunda década do século 21 que a proibição imposta ou voluntária de

publicação em duas revistas científicas de qualquer texto possa vir a impedir que ele seja amplamente conhecido é quase risível.

A relativa facilidade com que um recruta do Exército americano foi capaz de acessar informações sigilosas de seu governo e transmiti-las amplamente por meio da organização WikiLeaks comprova a futilidade dessas tentativas.

Aliás, as publicações e editoras científicas estão sendo contestadas por muitos cientistas em terrenos que põem muito mais seriamente em risco sua própria sobrevivência do que essa iniciativa inócua.

Por um lado, aumenta o número de pesquisadores para quem o sistema de "peer review", que tradicionalmente antecede a publicação em periódicos especializados de qualquer trabalho acadêmico, não condiz com a dinâmica atual da troca de experiências e o mais recomendável agora é a utilização de blogs para dividir avanços e dúvidas do trabalho individual ou de grupos.

Por outro lado, está sendo muito questionado o direito de "copyrights" das editoras científicas sobre a divulgação do trabalho de pesquisadores que são pagos com dinheiro público.

Segundo este argumento, a sociedade paga com os seus impostos pela pesquisa e deveria ter pleno acesso a seus resultados diretamente nos sites das instituições que financiam, em vez de ter de pagar de novo pelas revistas que editam esses resultados.

Carlos Eduardo Lins da Silva é livre-docente e doutor em Comunicação pela USP e mestre pela Universidade Estadual de Michigan. É presidente do Conselho Acadêmico do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da Unesp, editor da revista *Política Externa* e diretor do Espaço Educacional Educare.